

## MAPEANDO O VAZIO

As percepções do espaço nacional nas cartas gerais.

Renato Amado Peixoto — Doutorando, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Para relacionar a construção da Nação com a expansão do espaço nacional, a História Pátria se utiliza das idéias das Fronteiras Naturais e do *Uti Possidetis*, em construções historiográficas que poderíamos denominar de narrativas territoriais. Estas narrativas teriam como foco a ocupação progressiva do território e pela sua incorporação a um espaço imaginário, do qual a cartografia seria um dos principais suportes: os mapas permitiriam consolidar a imagem do novo Estado e demonstrar sua antigüidade, ao mesmo tempo que facilitavam o controle do espaço e a sua expansão sobre este. Portanto, a cartografia seria um dos instrumentos que permitiria à narrativa territorial, no esforço de criação de uma entidade coletiva, unir diferentes experiências individuais e de grupo.<sup>1</sup>

Nesse sentido, a concatenação dos conceitos da fronteira natural e do *Uti Possidetis* seria construída na prática das relações políticas, e daí operacionalizada em determinados discursos, que agregar-se-iam às narrativas territoriais para daí novamente retornarem, à prática das relações políticas. Através da elaboração de novas produções, outros elementos seriam constantemente articulados à construção historiográfica da Nação, inclusive, durante o século XX. A ênfase dessas novas contribuições foi, em primeiro lugar, a redefinição do papel dos agentes na construção do espaço nacional, especialmente dos diplomatas (para abrigar uma reinscrição da História Pátria após Rio Branco), e em segundo lugar, uma historicização dos produtos cartográficos que pudesse servir de suporte tanto a fronteira natural quanto ao *Uti Possidetis*. Neste último caso se caracteriza um inversão no fluxo da narração territorial: a cartografia passaria a ser entendida não mais como instrumento, mas enquanto parte do processo que levaria à unidade espacial e à construção da Nação.

Portanto, o estudo das narrativas territoriais remete a uma pesquisa que privilegie a análise serial, quantitativa e comparativa dos mapas, e que os considere numa perspectiva histórica e perscrutando seu planejamento e execução enquanto uma produção coletiva. Para este fim, as relações da produção das narrativas territoriais e dos discursos que as originaram com a prática política poderiam ser analisados através das reflexões de Michel Foucault sobre a formação da nação e a respeito do papel da experiência colonial na formação dos estados europeus, no que foi denominado por este de ‘colonialismo interno’.<sup>2</sup>

Sobre a experiência colonial, Foucault entende que esta resultou na importação de modelos que tiveram repercussões sobre os mecanismos de poder, aparelhos, instituições e técnicas de poder. Uma das práticas destes modelos era a estratégia da negação da conquista, ou de envolvimento na conquista, que seria desenvolvida visando legitimar a transmissão de direitos através de sua vinculação a um certo número de leis que possibilitavam tornar o novo estado herdeiro de uma soberania limitada pelas mesmas leis de seu antecessor. Nesse sentido, a legitimidade estaria vinculada por Foucault à estratégia da negação da conquista pela necessidade primordial de eliminar o conflito. O vínculo estabelecido pela transmissão da legitimidade e da soberania, garantiria a igualdade jurídica perante os estados europeus e asseguraria ao estado sucessor os direitos de seu antecessor, desde que, para Foucault, se operacionalizasse uma narrativa das origens na qual se elidisse a colonização, portanto, o que definiria uma nação, não seria seu arcaísmo, sua ancestralidade, mas sua relação com o Estado. Do mesmo modo, o que caracterizaria essa mesma nação não seria uma relação horizontal com outras nações, mas uma relação vertical que iria de encontro ao corpo de indivíduos capazes de constituir o Estado: seria ao longo desse eixo vertical (definido por Foucault como nação/Estado ou virtualidade estatal/realidade estatal) que a nação vai ser caracterizada e situada.

Seria possível ainda relacionar estas reflexões de Foucault à análise de Ilmar R. de Mattos da formação do Estado Imperial: na Transmigração (o ato de transferência da Corte portuguesa do Velho para o Novo Mundo) estariam

enfeixados a sucessão e legitimidade e onde a elisão da colonização se consubstanciaria através de uma narrativa na qual a tradição se incorporaria à ultrapassagem do desorganizado e bárbaro, para o lugar da Ordem e da Civilização.<sup>3</sup> A estratégia da negação do conflito conduziria à operacionalização de uma narrativa que privilegia, na análise de Mattos, um compromisso com o Tempo Saquarema.

Retornando à reflexão de Foucault, essa narrativa reintroduz e recoloca em seu centro o problema do Estado: administrar a si mesmo, gerir, governar, assegurar a constituição e a administração da figura e do poder estatal, portanto, será um discurso onde o Estado irá narrar seu próprio passado, estabelecendo sua própria legitimidade, e fortalecendo-se no plano de seus direitos fundamentais. Nesse sentido, essa narrativa estará voltada para o Estado e para o presente ao mesmo tempo, e vai permitir uma história em que a relação das forças que são postas em jogo, não sejam aquelas da conquista, ou da dominação, mas uma relação que seria descrita por Foucault como “inteiramente civil”.

A narrativa histórica passaria então a enfatizar a legitimidade e a transmissão, centralizando sua discussão no conjunto de interesses que constituem o Estado: é nesse sentido que progressivamente iriam se fundir os conceitos do *Uti Possidetis* e das Fronteiras Naturais, gerando um composto que poderia ser explicitado através da expressão de Foucault: “uma história do tipo retilíneo, em que o momento decisivo será a passagem do virtual para o real”. Nesse sentido, quando se objetiva a investigação da narrativa territorial é necessário notar nesta a existência de duas estratégias distintas: uma primeira, que é a da ‘passagem do virtual para o real’, no caso, onde se estabelece uma linearidade histórica entre o *Uti Possidetis* e a Fronteira Natural; e uma segunda estratégia, quando o Estado se inscreve no espaço. Nesta última estratégia, novamente remontando a Foucault e Mattos, se processaria a relação vertical, a inscrição da ‘manutenção de uma Ordem’ e da ‘difusão de uma Civilização’ através da apropriação de uma tradição, a da América portuguesa. Nesta inscrição, que seria em sua maior parte um amálgama com as antigas projeções portuguesas de espaço, o Estado encontraria e denominaria seus grandes adversários, que seriam definidos num primeiro momento como ‘selvagens’ e posteriormente enquanto ‘bárbaros’. É nesse processo que se constitui o modelo das cartas gerais: o esforço da construção do estado nacional e de sua representação que utilizará aquela experiência na narração de seu próprio passado, visando estabelecer sua legitimidade e em prol de seus objetivos, assim, o vazio será sucessivamente apagado e reescrito com a utilização de dois novos eixos de representação cartográfica: a Ordem e a Civilização.

O protótipo das cartas gerais do século XIX seria a ‘Carta da Nova Lusitânia’,<sup>4</sup> através da qual se podem entender certos padrões dessas representações. Este mapa foi produzido num momento em que já se sugeria a transferência da sede do Império português para a América, projeto este que foi sistematizado na década de 1790 e apresentado formalmente por D. Rodrigo de Sousa Coutinho à Corte portuguesa em 1803. A carta da Nova Lusitânia seria então produzida por ordem de D. Rodrigo, Ministro e Secretário de Estado da Repartição da Marinha e Domínios Ultramarinos, num enquadramento que permitia a compreensão de todo o espaço brasileiro e sugeria sua unidade territorial.

Nesta carta, a utilização da perspectiva se impõe: o território é representado através da visão do ultramar: um olhar a partir do exterior que se insere no interior do espaço. Esta inserção se manifesta pelo exagerado dimensionamento no mapa da rede hidrográfica, que adquire um destaque superior a qualquer outro elemento gráfico da carta, numa arranjo capilar e uniforme que alcançava todos os pontos do território e sugerindo o deslocamento, a penetração e a capacidade de distribuição do espaço. Esta perspectiva seria intensificada através do prolongamento do Mar do Norte até as costas de Pernambuco, criando uma idéia de contigüidade espacial e de proximidade com a Metrópole além de referir ao condicionalismo geográfico do Atlântico (este último tornava, no tempo da navegação à vela, o Pará e o Maranhão mais acessíveis à Europa do que o resto do Brasil, por exemplo, as dificuldades da navegação costeira faziam com que a viagem do Ceará à Paraíba pudesse demorar setenta e cinco dias). Nesse sentido, para se

endossar o sentido de proximidade e absorção dessa área, utilizar-se-ia o recurso de registrar num quadro menor, a Barra do Pará, e numa posição adjacente à representação do Mar do Norte. Assim, somente na parte inferior esquerda da carta seriam registrados os outros portos: a Bahia de todos os Santos, o Rio Grande e o Rio de Janeiro, totalizando assim uma série de pequenos mapas sobrepostos ao corpo da carta, que em sua soma revelariam a intenção de representar tanto a receptividade do espaço quanto os interesses comerciais da Metrópole.

As necessidades dos interesses mercantis, do movimento dos negócios e da sua organização teriam ainda sua importância assinalada através de uma abundância de símbolos como minas, registros e caminhos, pela delimitação das divisas das Capitanias, claramente assinaladas, e pela intenção do registro minucioso da representação, mensuração e qualificação da presença humana em cidades, vilas, freguesias, lugares, sítios e ruínas.

Ainda que houvesse a vontade de se consolidar a demarcação interna, a carta da Nova Lusitânia não visava delimitar os limites externos: estes não são registrados, seja na Amazônia, seja no Prata, embora o limite militar português e suas unidades, as fortalezas, os fortins, as guarnições, estivessem gravados no território. Por exemplo, a carta não registrava claramente a extensão da área da Guiana portuguesa, mas, não falhava em apontar a existência de um quartel português no Oiapoque. Da mesma maneira, certos territórios fora do movimento mercantil e além do limite militar não seriam mapeados, embora não fosse registrados como parte de outros espaços concorrentes, como, por exemplo, a área a oeste do rio Madeira, que seria ocultada convenientemente sob uma rosa-dos-ventos.

Ainda, por conta de legitimar e divulgar um produto cartográfico em que se buscava representar, pela primeira vez, o conjunto de um território descontínuo e sem rigidez, os autores da carta da Nova Lusitânia necessitariam de buscar respaldo num recurso comum da retórica da época: a argumentação da autoridade. Assim, num extenso rol seria inserido junto aos créditos técnicos eram citados todos aqueles que, segundo os autores, endossariam este mapa, sob o título de 'Tábua das autoridades que abonam esta carta'. Portanto, a carta da Nova Lusitânia estabeleceria os padrões das cartas gerais que surgiriam a partir do Tempo Saquarema: a inscrição horizontal do Estado no espaço se daria através de enquadramentos que servissem à unidade, à compreensão do território e à apresentação de determinadas estratégias, enquanto que sua verticalidade seria gravada através de certos elementos e técnicas gráficas, lugares onde se consolidaria a representatividade do binômio Ordem e Civilização, como, as citações da tradição e da autoridade, a determinação de perspectivas, e a construção de marcos narrativos.

Os enquadramentos seriam responsáveis primeiramente por induzir a uma referenciação da compreensão do território a partir da determinação da unidade. Nesse sentido hierárquico, se buscaria representar a organização do território em partes subordinadas ao todo, tanto por meio de iniciativas de uma redivisão voltada para a funcionalidade<sup>5</sup> quanto pela ênfase na integração, utilizando-se para este efeito, de recursos técnicos como o colorido<sup>6</sup> (para cada província, uma cor, sem que fossem utilizadas linhas para registrar os seus limites) e o tracejado (os limites indicados por linhas quebradas, descontínuas, sugerindo tanto a possibilidade de ultrapassagem quanto de subordinação). A importância da representação e estabelecimento das fronteiras internas estaria relacionada à manutenção dos privilégios locais e a importantes funções econômicas e judiciárias, problemas que serão abordados em outro capítulo.

Em segundo lugar, os enquadramentos, em certas cartas gerais serviriam como suporte para determinados objetivos estratégicos específicos. Para isto, os enquadramentos seriam os recursos técnicos responsáveis por destacar, adicionar ou relacionar um dado enfoque à representação do espaço brasileiro, por exemplo, a iniciativa de restringir e conter um espaço concorrente, como foi o caso da 'Nova carta corográfica' de 1857, confeccionada por ordem do então Marquês de Caxias para se contrapor às construções de espaço concorrenciais do Paraguai. Outro caso de objetivo estratégico seria a utilização pedagógica do mapa, como por exemplo, o Atlas do Império do Brasil, que foi destinado à instrução pública e que utilizou a estratégia de projetar na carta, de uma só vez, todas as construções históricas da fronteira, resultando em se tornar a representação do espaço brasileiro mais dilatada do século XIX. Por último, poder-

se-ia incluir o caso da divulgação do espaço para um público específico, como, por exemplo, a ‘Carta do Império do Brasil’,<sup>7</sup> que foi confeccionada para ser apresentada em 1873 na Exposição Universal de Viena.

O enquadramento das cartas gerais também pode ser analisado em relação aos elementos gráficos, especialmente no que diz respeito a sua utilização e dispersão. Nesse sentido se daria uma produção de subordinações e de relações de pertencimentos da simbolização cartográfica cujo deslocamento de significado seria referido às mudanças na constituição do Estado e na sua relação com o espaço. Assim, a construção de uma categoria hierárquica e sua aplicação indistinta sobre a totalidade do território, possui a função de homogeneizar, espalhar igualmente a civilização, como, por exemplo, a categorização da representação do povoamento humano em um só grupo bastante abrangente e possível de ser aplicado em qualquer área: ‘Cidade/Vila/Povoação ou aldeia/fazenda ou estabelecimento’, aplicados igualmente tanto na Província do Rio de Janeiro quanto na Província do Mato Grosso.

Ainda, a homogeneização da simbolização sobre o território remeteria à necessidade de extirpar o que não pudesse ser inventariado: o mito, o imaginado, o excêntrico seriam excluídos das representações, o que paradoxalmente, levaria ao aumento do registro do desconhecimento nas cartas e da necessidade de classificá-lo. Portanto, o vazio seria, doravante, um dos lugares privilegiados da inserção da Ordem e da Civilização. O controle, a mensuração e a quantificação foram categorias que se impuseram sobre o enquadramento e os elementos gráficos, no caso, numa produção de um vazio detalhado, ou melhor, de um desconhecimento proporcionalizado e descritível. Portanto, o registro dos elementos gráficos que representariam os agrupamentos humanos e a presença do Estado e de suas instituições, relacionar-se-ia à lógica da própria verticalização do Estado, da sua centralização e organização e do aumento do controle do Estado sobre a sociedade e seus recursos. Desse modo, o registro da presença humana que seria inicialmente relativo apenas à representação de suas atividades e diversidade seria progressivamente acrescido, através do recurso de quadros estatísticos e descritivos, da presença do Estado em suas grandezas, organização e mensuração. Por fim, as relações de ordenação e subordinação se tornariam explícitas, juntamente com a personificação do Estado através de suas instituições.

Enquanto parte da construção da nação e da nacionalidade, a historicidade do espaço e a história das fronteiras seriam construídas nas cartas gerais através de técnicas como a citação da tradição e da autoridade. Nesse sentido, seriam utilizados elementos gráficos remissíveis a textos disponibilizados em quadros fora da área mapeada na carta, os quais abrangeriam, por exemplo, o registro ou a citação dos limites e juízos sobre tratados coloniais, como, a referência pura e simples, o registro ajuizador, ou ainda, uma combinação de elementos gráficos que induziam ao contraste e à comparação entre diversas linhas de fronteiras, tanto pela intensificação (como através do uso da cor, por exemplo, o vermelho para a melhor alternativa), quanto pela qualificação (como pela conjunção do elemento gráfico com expressões denotativas de antigüidade, legitimidade ou validade, por exemplo, “fronteira segundo”, “demarcada em conformidade com”, “proposta por”<sup>8</sup>).

Outro recurso utilizado seria a gravação dos vestígios da tradição no espaço: a simbolização das ruínas e do abandono proliferou em todas as cartas gerais do período, numa referência à idéia de pertencimento e ligação a uma ancestralidade que merecedora de culto. Muitas vezes, os símbolos da presença humana teriam ainda acrescentada a sua toponímia a data de sua fundação no terreno ou do estabelecimento europeu, resultando, portanto, num recurso através do qual se construía o pertencimento histórico do espaço através da incorporação do território. Também seria utilizado o expediente de juntar notas ao registro topográfico, como, “rio Pirapó descoberto pela segunda vez em 1852”,<sup>9</sup> significando a recuperação, a reincorporação do espaço a um patrimônio da Civilização. Por sua vez, o recurso à tradição seria utilizado em casos específicos, por exemplo, no caso de se visar alguma estratégia particular, como, atribuir determinada área litigiosa ao espaço brasileiro. Nesse sentido era empregada a citação de outros produtos

cartográficos e narrativas geográficas como reforço da argumentação, sendo estas citações geralmente disponibilizadas em forma de lista nas bordas da carta.<sup>10</sup>

Em relação à perspectiva, a organização e a centralização do Estado faria com que, progressivamente, o Rio de Janeiro se tornasse o centro das projeções e, passasse a referenciar o enquadramento das cartas gerais. Desta maneira, para que a posição do Rio de Janeiro se tornasse mais proeminente na representação do espaço, as partes do território consideradas excêntricas em relação a este novo enquadramento seriam muitas vezes preteridas na delimitação do território a ser mapeado, por exemplo: no corpo do ‘Mapa Geral do Império do Brasil’,<sup>11</sup> a Amazônia Ocidental não seria representada no conjunto do território brasileiro, mas, isolada num quadro no canto da carta, incompleta e em uma escala completamente desproporcional a seu tamanho real.<sup>12</sup> Em contrapartida, planos topográficos da cidade do Rio de Janeiro seriam quase que onipresentes nessas produções cartográficas, com sua posição e tamanho bastante destacado em relação ao território mapeado.

Também em relação à construção da centralidade do Rio de Janeiro, haveria uma tendência progressiva durante o século XIX de defini-lo como origem das coordenadas de todo o sistema cartográfico e não apenas do espaço brasileiro: ainda que a princípio houvesse, até a década de 1850, uma indefinição quanto ao meridiano inicial das cartas, que poderia ser representado então por referenciais estrangeiros (Paris,<sup>13</sup> Ilha do Ferro) ou brasileiros (a cidade de Belém,<sup>14</sup> o cabo de Santo Agostinho<sup>15</sup>), a partir de 1857 o meridiano do Rio de Janeiro finalmente se imporia como a única referência das cartas gerais brasileiras. Assim, o registro de uma pontualidade do espaço culminaria a o processo de intervenção do Estado no espaço, pela criação de um marco organizador não só da periferia, mas, também do próprio centro, que integrava em si os novos eixos de representação, a Ordem e a Civilização.<sup>16</sup>

Por último, para complementar a inscrição do Estado no território, seriam ainda utilizados determinados elementos gráficos complexos, compostos pela sobreposição em uma área de um conjunto de símbolos e elementos cartográficos, que doravante designaremos como elementos narrativos. Primeiramente, estes registrariam as intervenções e estratégias de ocupação e expansão do espaço pelo Estado, tais como: interesses comerciais, explorações e projetos de estabelecimento de comunicações. Assim, por exemplo: a expressão “Estrada projetada em 1860 pelo Major Pedro Torquato Xavier de Brito”,<sup>17</sup> seria representada conjuntamente a uma linha tracejada formando um único elemento gráfico, que ocupava o espaço entre as cidades de Miranda e Curitiba.

Em segundo lugar, os elementos narrativos complementaríamos a demarcação da centralidade do Estado e inscreveríamos no território o seu controle e a sua verticalidade. Os registros da ‘manutenção de uma Ordem’ e da ‘difusão de uma Civilização’ fariam parte de um processo de organização do centro e de descrição da periferia como ato correlato da construção do Estado, onde a substituição da natureza pela civilização e do vazio pelo desconhecimento se caracterizaria também por uma sucessão do selvagem pelo bárbaro. Nesse sentido, o selvagem foi um vetor das trocas e da organização comercial que referia as representações do espaço no primeiro modelo das cartas gerais, e a quem estava consignado um ‘país’ com suas próprias dinâmicas locais, que permeava o território da Metrópole, de acordo com a impossibilidade de fixação e da posse efetiva da área pelo Europeu, um “país incógnito e habitado por várias nações de gentios,”<sup>18</sup> cuja descrição o sincronizava com a natureza: “É país quase que só conhecido ao longo do Madeira e vizinhanças do Amazonas ou Solimões”.<sup>19</sup>

O marco narrativo seria o veículo dessa inscrição ao permitir que o selvagem desse lugar ao bárbaro, como, por exemplo, a expressão “Gentio Cherente muito feroz,” seria delimitada por elementos cartográficos que induziriam à percepção de um confinamento em uma área, geralmente um sertão ou registro equivalente, produzindo um composto que poderia ser também representado menos ambigüamente, por exemplo, na expressão “Sertão do gentio Tupinanbá”.<sup>20</sup> Assim o selvagem seria caracterizado na sua oposição ao controle e à produção, e pela sua crueldade que o impediria de se unir à ordem e à Civilização, pertencente ao desconhecido, de onde somente se esvai para

destruir, invadir, se chocar contra a Civilização, no caso, registrado nos marcos narrativos: “Terrenos infestados pelos índios Botocudos,”<sup>21</sup> e “Sertões inteiramente desconhecidos e ocupados por índios ferozes.”<sup>22</sup> Portanto, a percepção do espaço nas cartas gerais não remeteria a um espaço estático, imóvel e natural, mas a uma caracterização da nação que iria, em sua discussão, situar o Estado. Assim, a ação dos indivíduos comprometidos com a constituição do Estado é que irá definir politicamente o espaço através de suas iniciativas: na luta de representações e nas estratégias de legitimação do Estado é que se construirá uma historicidade das fronteiras.

---

<sup>1</sup> Veja-se o caso da França, em Febvre, por exemplo: “*No século XVI, a França assume uma forma aos olhos dos franceses porque a imprensa multiplica os atlas e mapas da França que se tornam acessíveis, doravante, a todos os letrados. A forma da França fica impressa em todas as memórias.*” Febvre, Lucien. (1998). Honra e Pátria. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 186

<sup>2</sup> Foucault, Michel. (1999). Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, pp. 120-123; 131-138; 266-276.

<sup>3</sup> Mattos, Ilmar Rohloff. (1999). O Tempo Saquarema: a formação do Estado imperial (4ª edição). Rio de Janeiro: ACCESS, pp. 267-274.

<sup>4</sup> Leme, Antonio Pires da Silva Pontes, Carta da Nova Lusitânia ou América portuguesa e Estado do Brasil, Lisboa, 1798.

<sup>5</sup> Por exemplo: O Brasil em 19 departamentos, 1849, in Varnhagen, Francisco Adolfo de - Memorial Orgânico.

<sup>6</sup> D'Anvilliers de L'Ile Adam, J., Mapa geral do Império do Brasil, 1851.

<sup>7</sup> Ribeiro, Duarte da Ponte, Carta do Império do Brasil, Rio de Janeiro, 1873.

<sup>8</sup> Ribeiro, Duarte da Ponte & Carvalho, Izaltino José Mendonça de, Carta geográfica de uma parte do Império do Brasil, 1856.

<sup>9</sup> Niemeyer, Conrado Jacob, Nova carta corográfica do Império do Brasil, Rio de Janeiro, 1857.

<sup>10</sup> Por exemplo: Ribeiro, Duarte da Ponte & Carvalho, Izaltino José Mendonça de, Carta geográfica de uma parte do Império do Brasil, 1856.

<sup>11</sup> D'Anvilliers de L'Ile Adam, J., Mapa geral do Império do Brasil, Rio de Janeiro, 1851.

<sup>12</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>13</sup> Ribeiro, Duarte da Ponte & Carvalho, Izaltino José Mendonça de, Carta geográfica de uma parte do Império do Brasil, 1856.

<sup>14</sup> S/autor, O Brasil em 19 departamentos, 1849, in Varnhagen, Francisco Adolfo de - Memorial Orgânico.

<sup>15</sup> Varnhagen, Antonio Adolfo, Mapa do Brasil e territórios limítrofes, Paris, 1854.

<sup>16</sup> Ver Febvre, que relaciona a ênfase na construção da centralidade de Paris com a constituição e o aperfeiçoamento do Estado: “*No século XVI, a França tem uma cabeça reconhecida como tal: uma ‘capital’, objeto de orgulho de todos os franceses.*” Febvre, *op. cit.*, p. 186.

<sup>17</sup> Ribeiro, Duarte da Ponte, Carta do Império do Brasil, Rio de Janeiro, 1873.

<sup>18</sup> Leme, Antonio Pires da Silva Pontes, Carta da Nova Lusitânia, Lisboa, 1798.

<sup>19</sup> Casal, Manoel Ayres de. (1943). Corografia brasílica ou relação histórico-geográfica do Brasil (Coleção de Obras Raras, Tomo II). São Paulo: Edições Cultural. (1817, E. e H. Laemmert). (2ª Edição), p. 241.

<sup>20</sup> Ribeiro, Duarte da Ponte, Carta do Império do Brasil, Rio de Janeiro, 1873.

<sup>21</sup> Niemeyer, Conrado Jacob, Nova carta corográfica do Império do Brasil, Rio de Janeiro, 1857.

<sup>22</sup> Ribeiro, Duarte da Ponte, Carta do Império do Brasil, Rio de Janeiro, 1873.